



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Fundação Estadual do Meio Ambiente

Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro-  
Coordenação de Análise Técnica

Parecer nº 4/FEAM/URA TM - CAT/2024

PROCESSO Nº 2090.01.0000831/2024-35

PARECER ÚNICO Nº (SEI!)			
INDEXADO PROCESSO:  Licenciamento Ambiental	AO	PA SLA: 2571/2023	SITUAÇÃO:
			Sugestão pelo Deferimento
FASE DO LICENCIAMENTO: LP+LI		VALIDADE DA LICENÇA: 06 anos	

EMPREENDEDOR: GRALS - GERENCIADORA DE RESÍDUOS AMBIENTAIS LÍQUIDOS E SÓLIDOS LTDA		CPF: 52.528.240/0001-67
EMPREENHIMENTO: GRALS - GERENCIADORA DE RESÍDUOS AMBIENTAIS LÍQUIDOS E SÓLIDOS LTDA		CPF: 52.528.240/0001-67
MUNICÍPIO: Uberlândia		ZONA: Urbana
COORDENADA GEOGRÁFICA: DATUM: L A T / Y 18° 53' 6,642'' S LONG/X 48° 18' 21,946''W		
LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO:		
( ) INTEGRAL ( ) ZONA DE AMORTECIMENTO ( ) USO SUSTENTÁVEL ( X ) NÃO		
BACIA FEDERAL: Rio Paraná		BACIA ESTADUAL: Rio Paranaíba
UPGRH: PN2		SUB-BACIA: Rio Uberabinha

CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:			
<ul style="list-style-type: none"><li>Não há incidência de critério locacional.</li></ul>			
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE:	CRITÉRIO LOCACIONAL
F-05-15-0.	Outras formas de destinação de resíduos não listadas ou não classificadas	4	0

<b>RESPONSÁVEL TÉCNICO:</b>	<b>REGISTRO:</b>	<b>ART:</b>
Kelly Gonçalves de Freitas - Engº Ambiental	315249 MG	MG20232476279

<b>EQUIPE INTERDISCIPLINAR</b>	<b>MATRÍCULA</b>
Ricardo Rosamília Bello - Analista Ambiental- Gestor	1 147 181-0
Amilton Alves Filho-Analista Ambiental	1 146 912-9
Nathalia Santos Carvalho - Técnico Ambiental de Formação Jurídica	1.367.722-4
De acordo: Rodrigo Angelis Alvarez - Coordenador de Análise Técnica	1.191.774-7
De acordo: Paulo Rogério da Silva - Coordenador de Controle Processual	1.495.728-6



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Rosamília Bello, Servidor(a) Público(a)**, em 10/01/2024, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Angelis Alvarez, Diretor (a)**, em 10/01/2024, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).




Documento assinado eletronicamente por **Paulo Rogério da Silva, Diretor (a)**, em 10/01/2024, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nathalia Santos Carvalho, Servidor(a) Público(a)**, em 10/01/2024, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **80215477** e o código CRC **C16EEDBD**.

	<p><b>GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS</b></p> <p><b>Fundação Estadual do Meio Ambiente</b></p> <p><b>Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro- Coordenação de Análise Técnica</b></p>	<p>08/12/2023 Pág. 1 de 12</p>
---	--	------------------------------------

## 1- RESUMO

O empreendimento denominado GRALS - GERENCIADORA DE RESÍDUOS AMBIENTAIS LÍQUIDOS E SÓLIDOS LTDA, situado no município de Uberlândia-MG, requisitou Regularização ( fase de Licença LP + LI) para atividade no segmento de gerenciamento de resíduos industriais em especial tratamento e gestão de resíduos advindos de caixas de separação de água e óleo provenientes de oficinas e postos de combustíveis. Conforme a Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017, a atividade a ser exercida se enquadra como “Outras formas de destinação de resíduos não listadas ou não classificadas - código F-05-15-0.

Em 14/11/2023, o empreendedor formalizou solicitação de Licença, modalidade de LAC2, fase de licenciamento LP+ LI, por intermédio do “*Portal Eletrônico Ecossistemas*”, originando o processo administrativo nº 2571/2023 SLA. Dentre os documentos norteadores, foram apresentados Relatório de Controle Ambiental (RCA) e Plano de Controle Ambiental (PCA).


A ETE possuirá vazão média de 4.000 litros por hora, vazão mínima de 300 litros por hora e vazão máxima de 4.800 litros por hora.

Para subsidiar a análise do processo, bem como esclarecer dúvidas técnicas, na data de 30/11/2023, foi realizada vistoria pela equipe da SUPRAM TM no empreendimento.

## 2- INTRODUÇÃO

### 2.1 Caracterização do Empreendimento

A área reservada à instalação da futura unidade industrial objeto da presente análise encontra-se situada nas coordenadas geográficas **LAT/Y** 18° 53’ 6,642” S **LONG/X** 48° 18’ 21,946”W”, zona urbana industrial, município de Uberlândia - MG.

	<p><b>GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS</b></p> <p><b>Fundação Estadual do Meio Ambiente</b></p> <p><b>Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro- Coordenação de Análise Técnica</b></p>	<p>08/12/2023 Pág. 2 de 12</p>
---	--	------------------------------------




**Imagem de satélite do empreendimento - Fonte Portal Ecossistemas - SLA**

Dentre os documentos requeridos pelo órgão ambiental, foi formalizado *Relatório de Controle Ambiental (RCA) e Plano de Controle Ambiental (PCA)*.

Conforme RCA apresentado, o empreendimento será instalado em terreno situado no Bairro Distrito Industrial, Zona Urbana do Município de Uberlândia - MG.

A área útil do imóvel é de 1.543,6 m<sup>2</sup>, a atividade principal a ser exercida consistirá em receber e tratar efluentes advindos de caixas de separação de água e óleo provenientes de postos de combustíveis, oficinas e indústrias que possuam sistema de caixas S.A.O.(Separadoras de Água e Óleo). Para recolhimento dos efluentes a empresa disponibilizará de um “caminhão vácuo”; para tratamento dos efluentes será instalada uma ETE-Estação de Tratamento de Efluentes compacta com a seguinte configuração:

<b>Vazão média</b>	<b>Vazão Mínima</b>	<b>Vazão Máxima</b>
4 000 l/h	300 l/h	4 800 l/h

	<p><b>GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS</b></p> <p><b>Fundação Estadual do Meio Ambiente</b></p> <p><b>Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro- Coordenação de Análise Técnica</b></p>	<p>08/12/2023 Pág. 3 de 12</p>
---	--	------------------------------------

### **3- UTILIZAÇÃO E INTERVENÇÃO EM RECURSOS HÍDRICOS**

No presente processo não houve requerimento para utilização de água subterrânea ou superficial, a demanda hídrica para uso humano e funcionamento da ETE será efetuada mediante contrato com a concessionária local DMAE- Departamento Municipal de Água e Esgoto do Município de Uberlândia-MG.

### **4- REQUISIÇÕES PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS**

Para o presente processo não houve requisição para intervenção ambiental.


### **5- POTENCIAIS IMPACTOS E MEDIDAS MITIGADORAS**

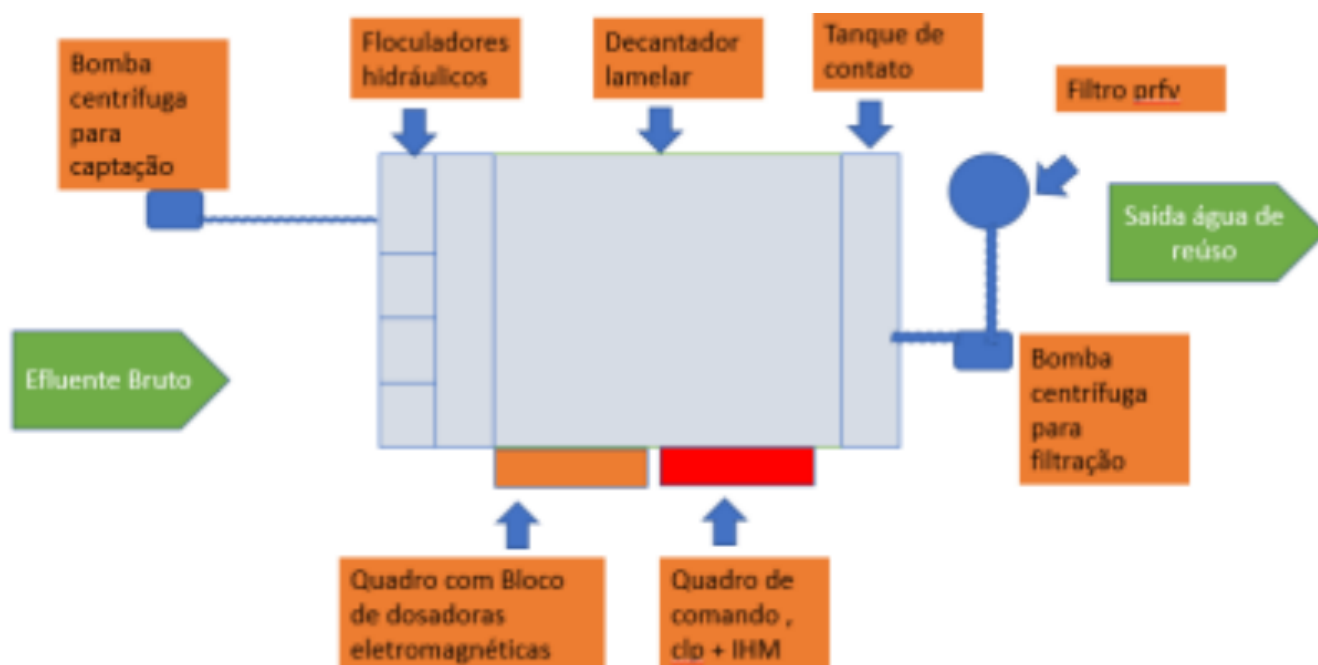
#### **5.1 Efluentes Líquidos**

A atividade principal do empreendimento consiste em recolher efluentes oleoso de empresas (principalmente oficinas, postos de combustíveis, estabelecimentos comerciais e outras indústrias), e submeter a tratamento mediante uso de ETE- Estação de Tratamento de Efluentes Compacta.

Conforme informado, o sistema adotado será composto por modelo físico químico de tratamento, onde o mesmo possuirá correção de pH, coagulação, decantação, filtração e desinfecção.

A ETE possuirá configuração de acordo com o diagrama abaixo apresentado:

	<p><b>GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS</b></p> <p><b>Fundação Estadual do Meio Ambiente</b></p> <p><b>Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro- Coordenação de Análise Técnica</b></p>	<p>08/12/2023 Pág. 4 de 12</p>
---	--	------------------------------------




Conforme PCA - Plano de Controle Ambiental vinculado ao presente processo de licenciamento, os insumos utilizados no tratamento serão:

- Tanino
- Polímero
- Barrilha
- Cal

Na futura fase de operação a ETE possuirá vazão média de 4.000 litros por hora, vazão mínima de 300 litros por hora e vazão máxima de 4.800 litros por hora.

Após submeter os efluentes ao tratamento, os resíduos oleosos removidos deverão ser segregados em local adequado a ser construído, obedecendo a NBR 14 004 e atualizações.



	<p><b>GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS</b></p> <p><b>Fundação Estadual do Meio Ambiente</b></p> <p><b>Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro- Coordenação de Análise Técnica</b></p>	<p>08/12/2023 Pág. 5 de 12</p>
---	--	------------------------------------

Decorrido o tratamento, o efluente será descartado na rede pública municipal impreterivelmente após firmado contrato de inclusão ao PREMED – Programa de Recebimento de Efluentes Não Domésticos/ DMAE - Prefeitura Municipal de Uberlândia-MG.


Foi apresentado no processo memorial de cálculo do equipamento e informado pela consultoria do empreendimento que este modelo de ETE - compacta vem apresentando eficiência em demais empresas que fazem uso deste equipamento. Ressaltamos que será de plena responsabilidade do empreendedor e responsáveis técnicos a observância e atendimento quanto aos parâmetros de lançamento exigidos pela concessionária local.

## **5.2 Resíduos sólidos**

Os principais resíduos sólidos advindos da fase de instalação serão aqueles originados nas obras de construção civil ( entulhos, sucata metálica, madeiras, embalagens, etc), já considerando a futura fase de operação estima-se geração de resíduos sólidos oleosos removidos da ETE, embalagens de produtos químicos, e lixo doméstico proveniente de escritório e sanitários a serem instalados.

Os resíduos classe I deverão ser armazenados em observância à NBR 10 004 e atualizações em local adequado a ser construído, devendo o local ser coberto, possuir controle de acesso, ventilação, piso impermeável e sistemas para evitar escoamento/ percolação de efluentes contaminados ( bacias de contenção, cordões de isolamento canaletas, entre outros).

Segundo informado pela consultoria do empreendimento, este pretende destinar resíduos “Classe I” para a Empresa Salto Soluções Ambientais e para a empresa Ecoblend.

	<p><b>GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS</b></p> <p><b>Fundação Estadual do Meio Ambiente</b></p> <p><b>Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro- Coordenação de Análise Técnica</b></p>	<p>08/12/2023 Pág. 6 de 12</p>
---	--	------------------------------------

Demais resíduos como materiais reutilizáveis ou recicláveis poderão ser destinados para empresas especializadas, ao passo que o lixo doméstico poderá ser destinado à coleta pública municipal.

### **5.3 Efluentes atmosféricos**

Na fase de instalação, estima-se geração de poeiras fugitivas provenientes das obras de construção civil, porém este impacto será restrito à fase de instalação/ período de execução das obras. Para a fase de operação, a principal fonte de emissão de efluente atmosférico será o caminhão que fará o transporte de resíduos oleosos. Como medida mitigadora, recomenda-se a manutenção adequada do equipamento e o monitoramento de emissões de fumaça preta advinda da queima de óleo diesel em motor veicular.


### **Observações:**

As medidas de controle descritas nos itens anteriores são diretamente influenciadas, em sua maioria, pela rotina operacional do empreendimento; destacamos que impactos poderão ser originados devido à ocorrência de falhas operacionais; assim, treinamentos / capacitações deverão ser realizados com frequência no empreendimento. Este, por sua vez, deverá constantemente implementar atualizações tecnológicas com processos de melhorias contínuas nos sistemas de controle ambiental da unidade industrial.

## **6- DAS ÁREAS DE RESERVA LEGAL E DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE**

O empreendimento encontra-se situado em área urbana, não havendo, portanto, obrigatoriedade na constituição de área de reserva legal, conforme disposto na Lei



	<p><b>GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS</b></p> <p><b>Fundação Estadual do Meio Ambiente</b></p> <p><b>Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro- Coordenação de Análise Técnica</b></p>	<p>08/12/2023 Pág. 7 de 12</p>
---	--	------------------------------------

Estadual n. 20.922/2013. No terreno do empreendimento não presença de Áreas de Preservação Permanente - APP's, possui relevo regular e é desprovido de cursos d'água.

## 7- CONTROLE PROCESSUAL

Inicialmente, verifica-se que o processo foi formalizado e instruído corretamente no tocante à legalidade processual, haja vista a apresentação dos documentos necessários e exigidos pela legislação ambiental, dispostos na solicitação nº 2023.10.04.003.0004774, sob a égide da Deliberação Normativa COPAM nº. 217/2017.


Nesse sentido, nota-se que foi devidamente anexado no sistema o Certificado de Regularidade nº. 8462187, no Cadastro Técnico Federal – CTF/AIDA - conforme determina a Instrução Normativa IBAMA nº. 12/2021 e Resolução Conama nº 1/1988, assim como Certidão de conformidade municipal expedida pelo município de Uberlândia, em atenção e nos moldes do art. 18 do Decreto Estadual nº. 47.383/2018.

Ademais, foi promovida pelo empreendedor a publicação em periódico local ou regional do requerimento de LP+LI, e, também, publicação atinente à publicidade do pedido de licença, efetivada pela URA TM, conforme publicação no IOF de 18/11/2023 – pág. 13, ambas em observâncias ao que determinam os arts. 30 a 32 da DN COPAM nº. 217/2017.

Mister ressaltar, outrossim, que a água utilizada no empreendimento é exclusivamente por meio de contrato com a concessionária local DMAE- Departamento Municipal de Água e Esgoto do Município de Uberlândia-MG. .

Quanto à Reserva Legal, o empreendimento está dispensando de sua constituição, nos termos da Lei Estadual n. 20.922/2013, uma vez que se encontra localizado em área urbana.

Ainda, constata-se pelo exame dos autos em tela que os estudos apresentados e necessários para subsidiar o presente parecer técnico, mormente PCA e RCA estão devidamente acompanhados de suas respectivas ARTs.

	<p><b>GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS</b></p> <p><b>Fundação Estadual do Meio Ambiente</b></p> <p><b>Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro- Coordenação de Análise Técnica</b></p>	<p>08/12/2023 Pág. 8 de 12</p>
---	--	------------------------------------

Destarte, nos termos do art. 15, III, do Decreto Estadual nº. 47.383/2018, o prazo de validade da licença em referência será de 06 (seis) anos. Além disso, deverá, ainda, conforme preconizado pelo inciso III, do art. 14, da Lei Estadual nº. 21.972/2016 e art. 5º do Decreto Estadual nº. 47.383/2018, ser apreciado pela Câmara Técnica Especializada de Atividades Industriais - CID, do COPAM.


## 8- CONCLUSÃO

A equipe interdisciplinar da URA Triângulo Mineiro sugere o deferimento desta Licença Ambiental na fase de Licença Prévia concomitante com Licença de Instalação (LP+LI) / LAC2, ao empreendimento denominado GRALS - GERENCIADORA DE RESÍDUOS AMBIENTAIS LÍQUIDOS E SÓLIDOS LTDA, para a atividade identificada pela DN 217/2017 como “Outras formas de destinação de resíduos não listadas ou não classificadas” - código F-05-15-0, município de Uberlândia/MG, com prazo de validade de 06 (seis) anos vinculada ao cumprimento das condicionantes e programas propostos.

As orientações descritas em estudos, e as recomendações técnicas e jurídicas descritas neste parecer, através das condicionantes listadas em Anexo, devem ser apreciadas pela Câmara Técnica de Atividades Industriais (CID).

Oportuno advertir ao empreendedor que a análise negativa quanto ao cumprimento das condicionantes previstas ao final deste parecer único (Anexo I), bem como qualquer alteração, modificação e ampliação sem a devida e prévia comunicação à URA Triângulo Mineiro, tornam o empreendimento em questão passível de ser objeto das sanções previstas na legislação vigente.

Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa, nem substitui, a obtenção, pelo requerente, de outros atos autorizativos legalmente exigíveis. Opina-se que a observação acima conste do certificado de licenciamento a ser emitido.

	<p><b>GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS</b></p> <p><b>Fundação Estadual do Meio Ambiente</b></p> <p><b>Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro- Coordenação de Análise Técnica</b></p>	<p>08/12/2023 Pág. 9 de 12</p>
---	--	------------------------------------

A análise dos estudos ambientais pela Unidade Regional de Regularização Ambiental - Triângulo Mineiro, não exime o empreendedor de sua responsabilidade técnica e jurídica sobre estes, assim como da comprovação quanto à eficiência das medidas de mitigação adotadas.


*Qualquer legislação ou norma citada nesse parecer deverá ser desconsiderada em caso de substituição, alteração, atualização ou revogação, devendo o empreendedor atender à nova legislação ou norma que a substitua.*

## 9- ANEXOS

**Anexo I. Condicionantes da Licença LP + LI - GRALS - GERENCIADORA DE RESÍDUOS AMBIENTAIS LÍQUIDOS E SÓLIDOS LTDA**

**Anexo II. Programa de Automonitoramento LP+LI - GRALS - GERENCIADORA DE RESÍDUOS AMBIENTAIS LÍQUIDOS E SÓLIDOS LTDA**

**Anexo III. Relatório Fotográfico LP+LI - GRALS - GERENCIADORA DE RESÍDUOS AMBIENTAIS LÍQUIDOS E SÓLIDOS LTDA**


	<p><b>GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS</b></p> <p>Fundação Estadual do Meio Ambiente</p> <p>Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro- Coordenação de Análise Técnica</p>	<p>08/12/2023 Pág. 10 de 12</p>
---	--	-------------------------------------

## ANEXO I

### Condicionantes da Licença LP+LI - **GRALS - GERENCIADORA DE RESÍDUOS AMBIENTAIS LÍQUIDOS E SÓLIDOS LTDA**

<p><b>Empreendedor:</b> GRALS - GERENCIADORA DE RESÍDUOS AMBIENTAIS LÍQUIDOS E SÓLIDOS LTDA</p> <p><b>Empreendimento:</b> GRALS - GERENCIADORA DE RESÍDUOS AMBIENTAIS LÍQUIDOS E SÓLIDOS LTDA</p> <p><b>CNPJ:</b> 52.528.240/0001-67</p> <p><b>Município:</b> Uberlândia - MG</p> <p><b>Atividades:</b> “outras formas de destinação de resíduos não listadas ou não classificadas”.</p> <p><b>Código DN 217/2017:</b> F-05-15-0</p> <p><b>Processo:</b> 2571/2023</p> <p><b>Validade:</b> 06 anos</p>		
Item	Descrição das Condicionantes	Prazo*
01	Comprovar mediante a apresentação de relatório técnico e fotográfico a instalação de todos os equipamentos e sistemas de controle ambientais ( ETE – Compacta, comprovar a instalação sistemas de controle tais como pisos impermeabilizados, cordões de isolamento, canaletas de drenagem, bacias de contenção nas áreas sujeitas a derramamentos, comprovar a instalação de áreas de armazenagem de resíduos sólidos conforme NBR 10004 e atualizações).	<b>Após a execução das obras de instalação</b>
02	Relatar à SUPRAM TM sobre qualquer impacto negativo causado pelo empreendimento, assim como propor medidas mitigadoras.	<b>Durante a vigência da Licença</b>
03	Efetuar programa de automonitoramento conforme descrito no anexo II.	<b>Durante a vigência da Licença</b>

\*Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado

	<p><b>GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS</b></p> <p><b>Fundação Estadual do Meio Ambiente</b></p> <p><b>Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro- Coordenação de Análise Técnica</b></p>	<p>08/12/2023 Pág. 11 de 12</p>
---	--	-------------------------------------

## ANEXO II

### Programa de Automonitoramento da Licença LP+LI - **GRALS - GERENCIADORA DE RESÍDUOS AMBIENTAIS LÍQUIDOS E SÓLIDOS LTDA**


#### 1. Resíduos Sólidos

##### ***Resíduos sólidos e rejeitos abrangidos pelo Sistema MTR-MG***

Apresentar, semestralmente, a Declaração de Movimentação de Resíduo – DMR, emitida via Sistema MTR-MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante aquele semestre, conforme determinações e prazos previstos na Deliberação Normativa Copam 232/2019.

Prazo: seguir os prazos dispostos na Deliberação Normativa COPAM nº 232/2019.

**\*Obs: o atendimento às condicionantes e programa de automonitoramento deverão ser comprovados mediante Relatório Técnico / Fotográfico acompanhado de ART- Anotação de Responsabilidade Técnica de profissional legalmente habilitado.**

	<p><b>GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS</b></p> <p><b>Fundação Estadual do Meio Ambiente</b></p> <p><b>Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro- Coordenação de Análise Técnica</b></p>	<p>08/12/2023 Pág. 12 de 12</p>
---	--	-------------------------------------

### **ANEXO III**

## **Relatório Fotográfico do empreendimento GRALS - GERENCIADORA DE RESÍDUOS AMBIENTAIS LÍQUIDOS E SÓLIDOS LTDA**

### **Fotos da Vistoria**



**Foto Vistoria - Terreno do empreendimento**